COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 1.292, 2007

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul.

Autor: Senado Federal

Relator: Deputado CARLOS ABICALIL

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.292, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, tem por fito autorizar o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul.

No art. 2º do referido PL, estabelece que a instituição oferecerá educação profissional em nível médio, “destinada à formação de técnicos para atender às necessidades socioeconômicas do setor industrial, de serviços e agropecuário da região”.

Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, onde tramitou inicialmente, a matéria recebeu parecer favorável do Deputado Sabino Castelo Branco, que foi ratificado em plenário.

Vem agora à Comissão de Educação e Cultura para análise de mérito. Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Os argumentos que justificam a importância da proposta ora em análise estão sobejamente apresentados pelo Senador Paulo Paim. O autor aponta o perfil de industrialização de Erechim, com cerca de 700 indústrias atuando em áreas diversificadas como metal-mecânica, agroindústria, calçados e alimentação.

O setor industrial, diz ele, contribui com aproximadamente 40% do total da arrecadação municipal e atua dentro de padrões internacionais de qualidade. Aponta ainda o vigor do setor comercial do Município, bem como a crescente exigência das empresas do setor de serviços por mão-de-obra qualificada. A conclusão bastante pertinente do ilustre Senador é que a presença de uma escola técnica federal contribuiria para dar vazão a todo o potencial econômico demonstrado por Erechim.

Em parecer dado à Comissão de Educação do Senado Federal, o ilustre Senador Pedro Simon também destaca a importância de uma escola técnica para o desenvolvimento econômico e social da região em que se instala, com reflexos na melhoria das condições de vida de toda a população.

Trata-se, não há dúvida, de medida importantíssima para a democratização do ensino público de qualidade e para a formação de profissionais que podem alavancar o desenvolvimento de uma localidade.

Nesse sentido, destaco o esforço que o governo federal vem empreendendo para ampliar a rede de instituições federais dedicadas à educação profissional em todo o País, no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

De fato, não se deve estimular a criação de instituições de forma pontual. É preciso que ela ocorra de acordo com planos e programas, considerando de forma global a realidade nacional e as peculiaridades das realidades locais, de modo que a demanda seja atendida adequadamente, dando conta de prioridades claramente estabelecidas.

Esta talvez seja uma das principais razões pelas quais a iniciativa de projetos de lei dessa natureza, segundo a Constituição Federal, é reservada ao Poder Executivo.

Levando em conta tais questões, a Comissão de Educação e Cultura atualizou e revalidou, em abril de 2007, a Súmula nº 1, de 2001, de Recomendação aos Relatores, a qual assim trata de projetos como este ora apreciado:

“Por implicar a criação de órgãos públicos, e, obviamente, em cargos, funções e empregos, além de acarretar aumento de despesa, a iniciativa legislativa da criação de escolas, em qualquer nível ou modalidade de ensino, é privativa do Poder Executivo. (Ver art. 61, § 1º, II, da Constituição Federal).

Projetos de Lei desse teor são meramente autorizativos e, portanto, inócuos, pois não geram nem direitos nem obrigações.

(...)

Portanto, o Parecer do Relator de um PL que vise à criação de escola pública, em qualquer nível ou modalidade de ensino, deverá concluir pela rejeição da proposta.

A criação de escolas deve ser sugerida na proposição do tipo INDICAÇÃO, a ser encaminhada ao Poder Executivo. (Ver RI/CD, art. 113).”

Tendo em vista o exposto, voto pela rejeição do projeto de lei nº 1.292, de 2007, ao mesmo tempo em que, considerando a pertinência e a relevância da proposição, proponho o encaminhamento da Indicação anexa ao Ministério da Educação.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado CARLOS ABICALIL
Relator

REQUERIMENTO
(Da Comissão de Educação e Cultura)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, relativa à criação da Escola Técnica Federal de Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a V. Exª. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação em anexo, sugerindo a criação da Escola Técnica Federal de Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Deputado CARLOS ABICALIL

INDICAÇÃO Nº , DE 2008
(Da Comissão de Educação e Cultura)

Sugere a criação da Escola Técnica Federal de Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação:

A Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados apreciou, em sua reunião do dia de..... de 2008, o projeto de lei nº 1.292, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que autorizava o Poder Executivo a instituir a Escola Técnica Federal de Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul.

Em função de sua Súmula nº 1, de 2001, de Recomendação aos Relatores, a Comissão deliberou pela rejeição do projeto, não por falta de mérito de conteúdo, mas pela inadequação formal de sua apresentação como projeto de lei.

A consistente justificativa do referido projeto fez com que esta Comissão deliberasse pelo encaminhamento da presente Indicação a Vossa Excelência, a fim de sugerir sua inserção nos planos de expansão da rede federal de educação profissional, ora em execução por esse Ministério.

Encaminho, nos termos apresentados pelo ilustre Senador Paulo Paim, a justificativa para tal medida:

“Urge a necessidade de uma formação profissional para os trabalhadores que invista na sua qualificação para o trabalho e para o desenvolvimento de ações empreendedoras, face aos novos desafios impostos pela economia globalizada.

Essa necessidade está presente no Município de Erechim, localizado ao norte do Rio Grande do Sul, na Região do Alto Uruguai, com área de 431 km² e população superior a cem mil habitantes.

Trata-se de uma cidade industrializada, que conta com cerca de setecentas indústrias de micro, pequeno, médio e grande porte, atuantes nos mais diversos setores (metal-mecânica, alimentação, agroindústria, eletromecânica, cerâmica, moveleira, confecções, calçados etc). Juntas, essas indústrias contribuem para aproximadamente 40% da arrecadação municipal, fornecendo ao mercado global produtos de alta tecnologia e dentro dos padrões de qualidade internacionais.

Da mesma forma, a participação da atividade comercial na economia de Erechim é muito significativa e tem evoluído tanto no aspecto quantitativo como qualitativo, tornando a cidade um pólo econômico do Alto Uruguai. Nessa área, destaca-se o comércio de cereais, veículos, eletrodomésticos, ferragens, tecidos, confecções, calçados, alimentos, máquinas e equipamentos, peças e acessórios, entre outros.

O setor de serviços é, também, um grande destaque na economia local, pelo crescimento contínuo que vem apresentando e por ser o que mais emprega mão-de-obra (mais de dez mil empregados). Os números demonstram a tendência de crescimento exponencial desse setor, que apresenta as melhores perspectivas quanto à capacidade de geração de empregos em nível global.

Trata-se de um setor para o qual vem aumentando significativamente a procura por mão-de-obra qualificada. Nesse contexto, estamos certos de que a presença de uma escola técnica federal muito contribuiria para dar vazão a todo o potencial econômico demonstrado por Erechim.

Por essas razões, apresentamos este projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Erechim, dotando-a das condições materiais e dos recursos humanos necessários para seu funcionamento adequado. Para aprová-lo, solicitamos o apoio de nossos nobres colegas congressistas, destacando a importância da iniciativa para a ampliação da oferta de educação técnico-profissional necessária ao desenvolvimento pleno do País.”

Assim sendo, ao encaminhar esta Indicação, a Comissão de Educação e Cultura está certa de que Vossa Excelência haverá de empreender todos os esforços no sentido de atender a este importante pleito da população gaúcha.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Deputado CARLOS ABICALIL

Relator